

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

24
Fev
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

CNJ vai fazer relatório sobre a situação na Justiça

Termina hoje a inspeção que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está fazendo, desde segunda-feira, nos setores administrativos e judiciais do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Nas próximas semanas, um relatório será feito pelos juízes que estão no Estado.

Caso sejam encontradas irregularidades, o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, poderá abrir investigação.

O foco é verificar as condições de trabalho dos servidores, o atendimento ao cidadão e o cumprimento dos prazos processuais.

O TJ-ES informou que não vai comentar a inspeção.

Colatina tem manifestação de advogados em frente ao Fórum da cidade

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-2edicao/videos/t/edicoes/v/colatina-tem-manifestacao-de-advogados-em-frente-ao-forum-da-cidade/5677826/>

ESPECIAL SEGURANÇA



Veículos do Batalhão de Missões Especiais - circularam por Vitória

DIVULGAÇÃO PMES

OPERAÇÃO RESGATA 41 VIATURAS DE BATALHÕES

A ação foi realizada por policiais na Serra e em Vitória

Quarenta e uma viaturas da Polícia Militar foram liberadas na tarde de ontem após operações de resgate terem sido realizadas em três unidades da corporação: duas delas na Serra e uma em Vitória. Além de uma negociação para que o policiamento fosse retomado nas ruas de Viana.

Seis das viaturas resgatadas estavam no Regimento de Polícia Montada (RPMont) e outras cinco no 6º Batalhão, ambos na Serra. Outras 17 são do Batalhão de Missões Especiais (BME) e foram retiradas da sede da corporação, em Maruípe.

Na mesma tarde, 13 viaturas da 11ª Companhia de Viana retomaram ao trabalho após o desbloqueio da unidade. A cidade foi a primeira da Grande Vitória a retomar o patrulhamento integral.

SURPRESA

A ação realizada em Maruípe pegou os manifestantes de surpresa. Por volta das 15 horas,

enquanto bloqueavam a sede do Quartel e a do BME, os policiais que participaram da ação acessaram uma entrada mais afastada, localizada quase em frente ao cemitério da região.

Antes teria ocorrido um bloqueio da rua por militares, enquanto outros entraram na unidade, já com as chaves dos carros, e retiraram os veículos.

De acordo com um porteiro que trabalha próximo ao ponto onde aconteceu a operação de retirada, tudo ocorreu rápido. "Estava dentro da escola, ouvi muito barulho de carro passando e fui checar. Achei estranho porque a rua é pouco movimentada. Foi quando vi policiais saindo com as viaturas. Não houve nenhuma confusão, agressão, arma exposta e nada do tipo", relatou.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) não informa os detalhes da operação, se li-



Manifestação na porta do 6º Batalhão, na Serra, de onde foram retiradas viaturas

mitando a dizer que "as operações transcorreram sem confronto com manifestantes".

REVOLTA

Mas as mulheres de policiais que protestavam em frente a sede do BME, afirmam que houve violência. Relatam que os policiais que participaram da ação usaram spray de pimenta, bombas de efeito moral e efetuaram disparos com balas de borracha.

"Fomos agredidas pelos policiais. Eles fizeram um cordão de isolamento na entrada da rua que dá acesso ao portão onde as viaturas estavam sendo retiradas e, quando nos aproximamos, nos agrediram física e psicologicamente. Gritavam que iriam atirar se não nos afastássemos. Tivemos que sair para nos protegermos", disse uma mulher que pediu para não ser identificada.

Procurada pela repor-

tagem, a Sesp reafirmou que não houve registros de confronto e acrescentou que "reclamações de algum procedimento da PM devem ser levadas à Corregedoria para formalizar a reclamação".

Ainda de acordo com a Sesp, as 23 viaturas retiradas dos batalhões foram deslocadas para o 38º Batalhão de Infantaria, em Vila Velha, para ficarem prontamente disponibilizadas para o patrulhamento.

CLIMA TENSO

Após a operação o clima voltou a ficar tenso no portão do Comando geral, onde as mulheres de militares seguem em protesto, reclamando ainda contra os praças que abandonaram o movimento. Revoltadas com a ação, gritavam palavras de ordem: "Traidores", "Vendidos", "Fora Hartung."

"O governo está forçando esses policiais a voltarem ao trabalho e eles estão traindo os próprios companheiros de farda. Eles não podiam fazer isso conosco, pois estamos aqui por eles", disse uma das mulheres.

No último dia 11 uma outra operação resgatou de dentro do Quartel de Maruípe homens do Batalhão de Missões Especiais (BME) e outros policiais, com o apoio de um helicóptero da PM. Eles também foram levados para o 38º Batalhão de Infantaria do Exército, em Vila Velha.

ESPECIAL SEGURANÇA

JUSTIÇA: USO DE FORÇA PARA LIBERAR BATALHÕES

Ordem pede ação “com uso moderado da força policial”

« Diante das dificuldades de encontrar as mulheres que lideravam o movimento grevista da Polícia Militar, a Justiça estadual decidiu identificar, intimar e citar todas as pessoas que estiverem bloqueando o Quartel de Maruípe ou os batalhões da Polícia Militar na Grande Vitória.

A ordem foi para que desobstruam “de forma imediata” as unidades. Quem não cumprir a decisão estará sujeito a multa diária de R\$ 10 mil e pode responder a processos criminais.

A decisão é do juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual. Esta nova medi-

da atinge agora não só as mulheres de policiais militares, mas qualquer pessoa que esteja com elas, no protesto. “Ficando tais pessoas cientes de que será feito acompanhamento/controlado diário para constatação de eventuais recalitrantes (os que são reincidentes na manifestação)”, diz em sua decisão.

Para o cumprimento da decisão pelo oficial, o juiz determinou que seja feito “com o apoio e uso moderado da força policial, desde já requisitada por este Juízo, cujos militares deverão ser indicados pelo comandante geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodri-



Portão do BME, em Maruípe, bloqueado por mulheres

gues, ou pelo ilustre secretário estadual de Segurança Pública, André Garcia”.

Foi pedido ainda que a decisão, ou seja, a notificação dos grevistas seja realizada “com urgência”, o que começou a ser feito ainda na tarde de ontem.

A mudança na estratégia decorre do fato, segundo descreve o juiz em sua decisão, de não ter sido possível intimar as dez mulheres identificadas pela PM como autoras do movimento, “visto que os endereços são desatualizados”.

Com isto, diz o juiz, foram necessárias a adoção de novas medidas “para o cumprimento da liminar

outrora deferida, não só para a desobstrução das entradas do QCG, dos Batalhões, das Companhias e dos Destacamentos, como também para que sejam identificadas todas as pessoas responsáveis pela situação caótica da Segurança Pública Estadual”. Ele acrescenta que estas pessoas vão responder a ação, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

A última liminar foi concedida no último dia 14 e determinava a dez mulheres apontadas como líderes do movimento que desbloqueassem os acessos a unidades da PM. O que não foi cumprido até ontem.

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Tropa de elite volta às ruas

Operação da polícia retirou 17 viaturas por um portão nos fundos do BME, para que PMs da unidade pudessem voltar a trabalhar

Sem sair do Batalhão de Missões Especiais (BME) desde o último dia 4, devido aos acessos estarem bloqueados por mulheres e parentes dos policiais militares, a tropa de elite da Polícia Militar retornou na tarde de ontem para as ruas.

A retirada de 17 viaturas do BME foi feita durante uma operação da Polícia Militar realizada por volta das 15 horas, em Maruípe, Vitória.

Mulheres que faziam o bloqueio e um morador da região, que pediram para não serem identificados, contaram que os policiais chegaram em um micro-ônibus, com os rostos cobertos.

O resgate das viaturas não foi feito pelo portão principal, que fica na rodovia Serafim Derenzi. Os veículos foram retirados por um outro portão de acesso (que fica nos fundos do Quartel do Comando Geral da PM), localizado na rua Coronel Bráulio Dórea.

A tropa do BME é composta por cerca de 300 policiais, mas questionada se esse é o quantitativo que vai para as ruas, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) informou que não passa informações sobre efetivo por questões estratégicas.

O BME recebe treinamento e está pronto para emprego em ações especiais, entre as quais em situações de tumulto como protestos, manifestações e rebeliões.

CAVALARIA

Na madrugada de ontem também foram retiradas seis viaturas do Regimento de Polícia Montada (RPMont), que fica anexo ao 6º Batalhão da Polícia Militar (na Serra). Um muro foi derrubado para retirar os veículos.

E no início da noite de ontem, cinco viaturas do Batalhão da Serra também foram retiradas durante operação da Polícia Militar e foram prontamente disponibilizadas para o patrulhamento nas ruas. A Sesp garantiu, por meio de nota, que todas as operações transcorreram sem confronto com manifestantes.

Em um dos trechos da nota, a Sesp citou: "Importante destacar o empenho dos PMs envolvidos na ação que participaram ativamente da retirada dos veículos e fizeram questão de ir para as ruas reforçar o trabalho operacional."

Fontes do governo do Estado já revelaram que existe um estudo em andamento sobre a fusão das tropas de elite da Polícia Militar: o BME e a Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam).



PARTE DOS MILITARES do Batalhão de Missões Especiais chegou a ser resgatada por helicóptero das Forças Armadas para atuar durante a greve da PM: tropa de elite agora conta com radiopatrulhas de sua unidade para fazer a proteção no Espírito Santo (destaque)

Portão e muro quebrados

Mulheres de PMs que estavam em frente ao portão do Batalhão de Missões Especiais denunciaram que os policiais chegaram com rosto coberto e usaram gás lacrimogêneo e balas de borracha.

Após ser acionado por mulheres de militares, o capitão Lucínio Assunção - que está na reserva da PM e foi indiciado em um Inquérito Policial Militar por conta da greve -, esteve no local e disse que mais de 20 homens chegaram em um micro-ônibus, quebraram o portão e saíram com as viaturas.

Os veículos, segundo ele, estavam posicionados para facilitar a retirada. "Dispararam balas de borracha. Uma das mulheres, grávida de oito meses, saiu daqui socorrida pelo marido. Outra está chorando." O horário da ação, de acordo com o capitão, coincidiu com a presença do menor número de fa-



MURO na Serra foi derrubado

miliários no local: três mulheres.

Ele contou que na madrugada de ontem, policiais usaram uma patrulha para quebrar um muro e retirar seis viaturas do Regimento de Polícia Montada na Serra.

Acaba greve da PM em Colatina, Jaguaré e Viana

Seguindo o que aconteceu em outras 23 cidades capixabas, Viana foi o primeiro município da Grande Vitória que teve a greve dos policiais militares encerrada.

Em Jaguaré, as mulheres e parentes dos policiais militares também desistiram do bloqueio ontem. O mesmo aconteceu em Colatina, na noite de ontem.

Com isso, 26 municípios estão com 100% do efetivo fazendo o patrulhamento nas ruas. Outros 52 estão com policiamento parcial, inclusive em Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica.

O desbloqueio da 11ª Companhia Independente, em Viana, foi na tarde de ontem, quando 13 viaturas foram liberadas para o patrulhamento nas ruas. O efetivo é

composto por 138 PMs.

O prefeito de Viana, Gilson Daniel, comemorou o retorno da tropa às ruas do município.

Ele destacou que os PMs voltaram depois de muito diálogo do comandante da 11ª Companhia Independente, major Geanderson Siqueira, com as mulheres dos policiais militares.

O prefeito disse que, no início da greve durante o fim de semana, houve três assassinatos na cidade, mas posteriormente manteve a tranquilidade. Militares da Força Nacional e o Exército foram para o município reforçar a segurança.

"A gente ainda está tendo alguns furtos, mas são poucos e agora com o retorno da polícia, com certeza, não teremos mais esse problema!"

SAIBA MAIS

BME
Tropa: cerca de 300 homens

ATUAÇÃO

Atua em situações de tumulto, entre elas rebeliões, protestos e manifestações.

HISTÓRIA

O Batalhão de Missões Especiais surgiu em 1986, diante da necessidade de uma tropa que apresentasse nível de treinamento diferenciado, pronta para emprego em ações especiais. Em 1988, ela se tornou independente.

Atualmente, o BME conta com duas

Companhias de Choque, uma Companhia de Operações com Cães e uma Companhia de Operações Especiais.

CURIOSIDADES

Apesar de ser uma tropa especializada, não tem salário diferenciado dos demais policiais de batalhões.



8º BATALHÃO de Colatina foi totalmente liberado na noite de ontem

POLICIAMENTO NO ESTADO

Efetivo da PM completo nas ruas

- > Afonso Cláudio
- > Venda Nova do Imigrante
- > Conceição do Castelo
- > Laranja da Terra
- > Domingos Martins
- > Marechal Floriano
- > Ibatiba
- > Iúna
- > Muniz Freire
- > Ibitirama
- > Irupi
- > Brejetuba
- > Barra de São Francisco
- > Águia Branca
- > Mantenedópolis
- > Água Doce do Norte
- > Ecoporanga
- > Santa Teresa
- > São Roque do Canaã
- > Santa Maria de Jetibá
- > Itaguaju
- > Itarana
- > Santa Leopoldina
- > Jaguaré
- > Viana
- > Colatina

Efetivo parcial nas ruas

- > Alegre
- > Guaçu
- > São José do Calçado
- > Apiaçá
- > Jerônimo Monteiro
- > Bom Jesus do Norte
- > Divino de São Lourenço
- > Dores do Rio Preto
- > Marataizes
- > Itapemirim
- > P. Kennedy
- > Rio Novo do Sul
- > Cachoeira de Itapemirim
- > Muqui
- > Mimoso do Sul
- > Atilio Vivacqua
- > Castelo
- > Vargem Alta
- > Anchieta
- > Alfredo Chaves
- > Iconha
- > Piúma
- > Vitória
- > Vila Velha
- > Serra
- > Cariacica
- > Guarapari
- > Nova Venécia
- > Vila Pavão
- > Pinheiros
- > Boa Esperança
- > Montanha
- > Mucurici
- > Ponto Belo
- > São Gabriel da Palha
- > Vila Valério
- > Aracruz
- > João Neiva
- > Ibraçu
- > Fundão
- > Marilândia
- > Baixo Guandu
- > Pancas
- > Alto Rio Novo
- > Governador Lindenberg
- > São Domingos do Norte
- > Linhares
- > Rio Bananal
- > Sooretama
- > São Mateus
- > Pedro Canário
- > Conceição da Barra

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

Proposta para negociar fim dos bloqueios

O movimento de mulheres e familiares de PMs entregou nova proposta ao Comitê Permanente de Negociação criado pelo governo.

Em pauta, realinhamento da tabela de subsídios para parcela única na atual forma de promoção horizontal máxima; incorporação de três escalas extras a praças e oficiais subalternos e duas a oficiais intermediários e superiores.

Também a não abertura ou não continuidade de processos administrativos disciplinares; não abertura de novos inquéritos policiais militares (IPMs) e desistência de IPMs já instalados; desistência da ação contra associações de classe.

O presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais, major Rogério Fernandes Lima, afirmou que entregou o documento ao Comitê. Procurado, o governo disse que desconhece o fato.

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Força policial para liberar batalhões

A Justiça estadual decidiu ontem que todos os manifestantes, não apenas as mulheres, que estiverem bloqueando a entrada do Quartel do Comando Geral (QCG) e de batalhões na Grande Vitória sejam identificados, intimados e citados.

A decisão proferida pelo juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, diz que o desbloqueio dos batalhões deve ser feito "com o apoio e uso moderado da força policial, desde já requisitada por este Juízo, cujos militares deverão ser indicados pelo Comandante Geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, ou pelo ilustre Secretário Estadual de Segurança Pública, André Garcia".

Quem descumprir a decisão de liberar as unidades está sujeito a multa diária de R\$ 10 mil e a responder a processos criminais.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Polícia Militar não informaram quantos militares ficarão incumbidos da missão ou se vão usar a força.

A decisão do juiz ocorreu após tentativas sem sucesso de notificar, inicialmente, um grupo de 10 mulheres, que seria responsável pelo movimento paredista iniciado no último dia 3. Elas foram identificadas pelo serviço de inteligência da PM.

A notificação aos membros do movimento de familiares dos PMs, segundo o magistrado, será feita "com urgência" pelo oficial plan-tonista, que deverá obter a identificação/qualificação de cada pessoa encontrada no denominado



MULHERES EM FRENTE ao Quartel do Comando Geral: nova decisão para identificar e retirar manifestantes

ato de protesto".

O texto da decisão registra ainda que as pessoas identificadas, notificadas e citadas irão "responder a presente ação, sem prejuízo da consequente responsabilização civil e criminal das mesmas".

A última liminar foi concedida em 14 de fevereiro, e determinava a 10 mulheres apontadas como líderes do movimento que desbloqueassem os acessos às unidades da PM, o que não foi cumprido.

Nova lista para demitir PMs

O Boletim Geral da Polícia Militar publicou ontem uma nova lista de policiais militares que vão responder ao Processo Administrativo de Rito Ordinário (PAD-RO), que pode culminar em demissão.

Foram publicados os nomes de mais 20 soldados, que são todos do 4º Batalhão (Vila Velha). De acor-

do com a portaria, o afastamento desses policiais é imediato.

Além da lista, a polícia informou que a soldado que recebeu voz de prisão de seu comandante, em Conceição da Barra, também vai responder a processo demissionário e Inquérito Policial Militar (IPM), que pode resultar em prisão.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RITO ORDINÁRIO

Policiais são do 4º Batalhão

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------------|
| 1 Sd Larissa Carvalho Caldas | 11 Sd Caio Gumiero de Oliveira |
| 2 Sd Rhuana de Souza Medeiros | 12 Sd Arthur Paixão Siqueira |
| 3 Sd Ostemir Bacchetti Junior | 13 Sd Allan Cardoso Santana |
| 4 Sd Fabio Silva de Souza | 14 Sd Jose Geraldo de Sa Junior |
| 5 Sd Tiago Batista Pereira | 15 Sd Eduardo Lima de Oliveira |
| 6 Sd Renan Ribeiro de Oliveira | 16 Sd Marcos Israel Ferreira da Silva |
| 7 Sd Vanessa Coutinho Ferreira | 17 Sd Elloenai Dhione Euzebio |
| 8 Sd Nicholas Augusto Baeta Costa | 18 Sd Daniel Silva Guimarães |
| 9 Sd Vitor Soares Peyrotton | 19 Sd Gabriel Mendonça Santana |
| 10 Sd Igor Afonso da Silva | 20 Sd Yuri Alan Silva Azulay |

O QUE DIZ A DECISÃO JUDICIAL

Prevista multa diária de 10 mil

Desocupação

> O JUIZ Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, decidiu que todos os manifestantes, não apenas as mulheres, que estiverem bloqueando quartéis, batalhões e unidades da PM na Grande Vitória deverão ser identificados e citados para responder à ação civil

pública movida pelo governo do Estado e que eles devem desocupar, imediatamente, as unidades, sob pena de receberem multa diária de R\$ 10.000.

> O USO MODERADO DA FORÇA foi autorizado pela decisão judicial, que será cumprida por oficiais de justiça com o auxílio de policiais militares.

Polícia vai ter novas radiopatrulhas



VIATURAS: R\$ 2,4 milhões serão destinados à compra de novos veículos

O governo do Estado liberou ontem recursos para a compra de 77 novas radiopatrulhas e a realização de obras de infraestrutura nas unidades da Polícia Militar. O total do valor liberado, com destinação específica para custeio e investimentos, é de R\$ 6,4 milhões.

Para a aquisição das 77 radiopatrulhas, serão destinados R\$ 2,4 milhões provenientes de recursos próprios e decorrentes de convênio do governo do Estado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

A realização de obras de infraestrutura nas unidades da PM receberá o valor de R\$ 810 mil.

Também foram liberados recursos do Sistema Único de Saúde

(SUS) para custeio, compras de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, materiais permanentes e medicamentos para o Hospital da Polícia Militar (HPM). Do total de repasses, o HPM receberá R\$ 3,1 milhões.

Segundo o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, o repasse de recursos para o HPM é o início da reestruturação do hospital, que completa 25 anos no próximo mês de agosto.

"A unidade, que é referência para atendimento de nossos policiais, contará com novos equipamentos e medicamentos, ampliando sua capacidade e mantendo a oferta de serviços para policiais e bombeiros militares", destacou.

Juiz determina uso de força policial para liberar portas de batalhões

Qualquer manifestante que estiver bloqueando as entradas do quartel e dos batalhões será intimado, multado e poderá responder a processos criminais

Em uma nova decisão, a Justiça estadual mandou na tarde desta quinta-feira (23) identificar, intimar e citar todas as pessoas que estiverem bloqueando o Quartel de Maruípe ou os batalhões da Polícia Militar na Grande Vitória. Elas devem desobstruir as unidades “de forma imediata”. Quem não cumprir a decisão de liberar as unidades estará sujeito a multa diária de R\$ 10 mil e pode responder a processos criminais.

A decisão é do juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual. Esta nova medida atinge agora não só as mulheres de policiais militares, mas qualquer pessoa que esteja com elas, no protesto, em frente às unidades da PM. “Ficando tais pessoas cientes de que será feito acompanhamento/controlado diário para constatação de eventuais recalcitrantes (os que são reincidentes na manifestação)”, diz em sua decisão.

Para o cumprimento da decisão pelo oficial plantonista, que deverá fazer “a obtenção da identificação/qualificação de cada pessoa encontrada no denominado ato de protesto”, o juiz determinou que seja feito “com o apoio e uso moderado da força policial, desde já requisitada por este Juízo, cujos militares deverão ser indicados pelo Comandante Geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, ou pelo Ilustre Secretário Estadual de Segurança Pública, André Garcia”.

Foi pedido ainda que a decisão, ou seja, a notificação dos grevistas seja realizada “com urgência”.

A mudança na estratégia decorre do fato, segundo descreve o juiz em sua decisão, de não ter sido possível intimar as dez mulheres identificadas pela PM como autoras do movimento, “visto que os endereços são desatualizados”.

Com isto, diz o juiz, foram necessárias a adoção de novas medidas “para o cumprimento da liminar outrora deferida, não só para a desobstrução das entradas do QCG, dos Batalhões, das Companhias e dos Destacamentos, como também para que sejam identificadas todas as pessoas responsáveis pela situação caótica da Segurança Pública Estadual”. Ele acrescenta que estas pessoas vão “responder a presente ação, sem prejuízo da consequente responsabilização civil e criminal das mesmas”.

A última liminar foi concedida no último dia 14 e determinava a dez mulheres apontadas como líderes do movimento que desbloqueassem os acessos às unidades da PM. O que não foi cumprido até o momento.

Juiz ordena uso de força policial para retirar manifestantes de batalhões

A Justiça Estadual decidiu na tarde desta quinta-feira (23) que qualquer pessoa que estiver bloqueando as entradas de batalhões e unidades da Polícia Militar na Grande Vitória deve ser identificada, intimada e multada em R\$ 10 mil por dia.

A decisão é do juiz Mário da Silva Nunes Neto. A partir de agora, a medida afeta não só as mulheres dos policiais, mas qualquer pessoa que esteja no local apoiando o movimento.

“Pelo exposto, determino a identificação, intimação e citação de todos os manifestantes que se encontrarem nas entradas e imediações do QCG e dos batalhões da PMES localizados na Grande Vitória, para que tomem ciência inequívoca e cumpram em todos os seus termos a decisão liminar de fls. 77/82, proferida nesta Ação Civil Pública, sob pena de incorrerem em multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de descumprimento, ficando tais pessoas cientes de que será feito acompanhamento/controlado diário para constatação de eventuais recalcitrantes”, diz o juiz em sua decisão.

O juiz determinou ainda a desobstrução imediata dos portões dos batalhões, assim como a retirada de todos os obstáculos colocados em frente aos portões dos batalhões, como tendas, veículos e correntes. Na decisão, o juiz ordenou que seja feito o uso moderado da força policial durante as diligências com policiais que devem ser indicados pelo comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, ou pelo Secretário de Segurança Pública, André Garcia.

“Cumpra-se por oficial de Justiça plantonista, servindo esta de decisão/mandado, devendo o ilustre meirinho designado realizar as diligências necessárias à obtenção da identificação/qualificação de cada pessoa encontrada no denominado “ato de protesto” por melhores salários para os membros das carreiras militares, com o apoio e uso moderado da força policial, desde já requisitada por este Juízo, cujos militares deverão ser indicados pelo Ilustre Comandante Geral da Polícia Militar/ES ou pelo Ilustre Secretário Estadual de Segurança Pública”, concluiu.

Juiz determina uso de força policial para liberar portas de batalhões no ES

Na nova decisão, qualquer pessoa impedindo passagem pode ser intimada. Quem não sair da frente dos batalhões pode ser multado em R\$ 10 mil ao dia.

Em uma nova decisão, na tarde desta quinta-feira (23), a Justiça Estadual mandou identificar, intimar e citar todas as pessoas que estiverem bloqueando o Quartel de Maruípe ou os batalhões da Polícia Militar na Grande Vitória. O juiz responsável autorizou, nesse caso, o uso da força policial. Segundo a decisão, elas devem desobstruir as unidades “de forma imediata”. Quem não cumprir a decisão de liberar as unidades estará sujeito a multa diária de R\$ 10 mil e pode responder a processos criminais.

A decisão é do juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual. Esta nova medida atinge agora não só as mulheres de policiais militares, mas qualquer pessoa que esteja com elas, no protesto, em frente às unidades da PM.

“Ficando tais pessoas cientes de que será feito acompanhamento/controlado diário para constatação de eventuais recalcitrantes (os que são reincidentes na manifestação)”, diz em sua decisão.

Força policial

Para o cumprimento da decisão pelo oficial plantonista, que deverá fazer “a obtenção da identificação/qualificação de cada pessoa encontrada no denominado ato de protesto”, o juiz determinou que seja feito “com o apoio e uso moderado da força policial, desde já requisitada por este Juízo, cujos militares deverão ser indicados pelo Comandante Geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, ou pelo Ilustre Secretário Estadual de Segurança Pública, André Garcia”.

Foi pedido ainda que a decisão, ou seja, a notificação dos grevistas seja realizada “com urgência”.

Primeiras intimações não ocorreram

A mudança na estratégia decorre do fato, segundo descreve o juiz em sua decisão, de não ter sido possível intimar as dez mulheres identificadas pela PM como autoras do movimento, “visto que os endereços são desatualizados”.

Com isto, diz o juiz, foram necessárias a adoção de novas medidas “para o cumprimento da liminar outrora deferida, não só para a desobstrução das entradas do QCG, dos Batalhões, das Companhias e dos Destacamentos, como também para que sejam identificadas todas as pessoas responsáveis pela situação caótica da Segurança Pública Estadual”. Ele acrescenta que estas pessoas vão “responder a presente ação, sem prejuízo da consequente responsabilização civil e criminal das mesmas”.

A última liminar foi concedida no último dia 14 e determinava a dez mulheres apontadas como líderes do movimento que desbloqueassem os acessos às unidades da PM. O que não foi cumprido até o momento.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/juiz-determina-uso-de-forca-policial-para-liberar-portas-de-batalhoes-no-es.html>

Juiz determina uso de força policial para liberar portas de batalhões no ES

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/juiz-determina-uso-de-forca-policial-para-liberar-portas-de-batalhoes-no-es/5678751/>

Justiça permite uso de força policial contra manifestantes que bloqueiam batalhões da PM

A decisão, feita pelo juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, prevê ainda multa diária de R\$ 10 mil para quem insistir em obstruir as entradas dos batalhões

A Justiça permitiu, por meio de Ação Civil Pública divulgada nesta quinta-feira (23), o uso moderado da força policial para a identificação, intimação e citação de todas as mulheres e quaisquer pessoas que estiverem unidas ao movimento que bloqueia a entrada de batalhões da PM na região da Grande Vitória desde o dia 3 de fevereiro.

O uso da força policial será indicado ao militares pelo comandante geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, ou pelo secretário estadual de Segurança Pública, André Garcia.

A decisão, feita pelo juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, prevê ainda multa diária de R\$ 10 mil, além de processos criminais para quem insistir em obstruir as entradas dos batalhões.

No último dia 14, uma outra Ação Civil Pública intimou as mulheres que participam do movimento a se retirarem das portas dos batalhões. Dez delas foram identificadas na ação. Foram notificadas mães e esposas de cabos, soldados sargentos e de um tenente-coronel.

Na atual medida, não só as mulheres dos militares são atingidas, mas qualquer pessoa que esteja ligada ao movimento. “ficando tais pessoas cientes de que será feito acompanhamento/controlado diário para constatação de eventuais recalcitrantes”, disse o juiz na decisão.

A nova medida foi tomada pois a Justiça não conseguiu intimar as dez mulheres citadas na Ação Civil do dia 14. “Não se obteve êxito na citação/intimação das mulheres, visto que alguns endereços estão desatualizados. Todavia, mostra-se necessário implementar nova medida para o cumprimento da liminar outrora deferida, não só para a desobstrução das entradas do QCG, dos Batalhões, das Companhias e dos Destacamentos, como também para que sejam identificadas todas as pessoas responsáveis pela situação caótica da Segurança Pública Estadual”.

Thiago Andrade

É mestre em Segurança Pública e professor universitário

// Surgiram especulações sobre a participação de PMs e outros agentes da segurança pública nos homicídios

Epidemia

Para compreender o impacto da criminalidade que se espalhou de Norte a Sul do Estado no período de crise da segurança pública, é fundamental analisar a evolução dos homicídios, em especial no ano anterior.

Em 2016, de 1º de janeiro até 15 de fevereiro, foram registrados 154 homicídios em todo Estado. De acordo com os dados repassados pelo sindicato dos policiais civis, em 12 dias de crise,

neste ano, foram 155 assassinatos em todo solo capixaba. A epidemia dos assassinatos começou após a deflagração do movimento organizado por familiares dos militares estaduais, impedindo que a Polícia Militar realizasse o patrulhamento ostensivo.

Além do elevado número de homicídios, foram registradas diversas infrações penais, como furtos e roubos, inclusive resultando em mortes, além

de incêndios em coletivos que circulam na Grande Vitória.

Neste contexto, surgiram várias especulações sobre a participação de policiais militares e outros agentes da segurança pública envolvidos nos homicídios, trazendo à tona a ideia da existência do famigerado “esquadrão da morte”, que ganhou notoriedade no Espírito Santo e, em outros Estados, depois que as mortes à bala passaram a ser vistas como uma maneira de se manter o controle.

No entanto, com o passar dos anos, ficou evidente que os homicídios utilizando esse modus operandi, em vez de controlarem o crime acabavam provocando novos assassinatos, em círculos ininterruptos de violência.

Ora, se por um lado eliminavam suspeitos, consolidavam o medo da morte e estimulavam o desejo de vingança. Estudos apontam que o esquadrão da morte representou o início da epidemia de assassinatos, por colocar em prática uma nova forma de controle social, bem como de lidar com homicídios em sociedade.

De acordo com a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, há denúncias que apontam o envolvimento de agentes da segurança pública nos homicídios registrados no período da crise. Após a sucessão de mortes, a Secretaria de Segurança Pública divulgou a criação de uma força-tarefa para apuração dos assassinatos, visando identificar autoria e motivação. Por enquanto, aguardamos as investigações.

Notícias

Instituição de ensino do Espírito Santo é condenada a indenizar após falha na realização de curso para prova da OAB.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?entity.id= 336888>

Notícias

Cooperativa de saúde é condenada a realizar cirurgia reparadora em paciente que fez bariátrica

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?entity.id=336842>

REDE GAZETA

Gazeta Lab: mobilidade e educação em presídios

Esses serão os dois próximos temas do projeto da Rede Gazeta em parceria com a Ufes

BRUNA BORJAILLE
bborjaille@redegazeta.com.br

Mobilidade urbana para deslocamento a pé ou de bicicleta e oportunidade de educação de ensino superior a presos de regime fechado serão os dois próximos temas trabalhados pelo projeto GazetaLab.

O reitor da Universidade do Espírito Santo (Ufes), Reinaldo Centoducatte, esteve ontem na Rede Gazeta para assinar o termo de cooperação técnica ao lado do diretor geral da Rede, Café Lindenberg.

“Educação e mobilidade são dois temas de extrema importância. Esta é a contribuição que a Ufes pode dar às nossas cidades na busca de criar soluções e situações que enfrentem essas dificuldades”, disse Centoducatte.

Durante seis meses, 14 alunos de diversos cursos da Ufes vão desenvolver dois projetos identificar problemas, além de estudar maneiras para a Mobilidade Alternativa em Vitória, e investigar possibilidades de uso das tecnolo-



FOTOS: GUILHERME MARCHETTI

Quatorze alunos de diversos cursos da Ufes vão desenvolver os dois projetos

gias de informação e comunicação para criar oportunidades de educação superior para os internos do sistema prisional capixaba.

“Estamos apostando muito nesta parceria com a universidade e o ambiente acadêmico para que a gente discuta propondo soluções para uma vida melhor no Espírito Santo” reforçou a gerente de Relações Institucionais da Rede Gazeta, Luciane Ventura.

O projeto “Tecnologias e Design para a criação de oportunidades de educa-



Café Lindenberg e Reinaldo Centoducatte: parceria

ção nos presídios capixabas”, coordenado pelo professor doutor Hugo Cristo Sant’Anna, envolverá estudantes de graduação dos cursos de Design, Psicologia, Engenharia da Computação, Engenharia de Produção e Cinema e Audiovisual.

“O desafio é enxergar formas para desenvolver oportunidades de educação formal dentro das penitenciária. Com a aplicação do design e da tecnologia podemos construir ferramentas e de fato dar acesso a conteúdo didático”, espera o Hugo.

VISÃO

Com intuito de estudar propostas para melhorar a mobilidade urbana, estudantes de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Geografia, vão se basear na visão do usuário de serviços.

“Não pretendemos fazer o que o especialista faz. Vamos trabalhar com uma visão humanista atrelado ao suporte técnico científico. A multidisciplinaridade da equipe permite que tenhamos um olhar mais diferenciado sobre o problema”, explica a coordenadora do Laboratório de Planejamento e Projetos da Ufes, Cristina Engel.

DETALHES

OBJETIVOS DOS PROJETOS

• Tecnologias e design para a criação de oportunidades de educação nos presídios

Será realizado em parceria entre o Laboratório e Observatório de Ontologias Projetuais (Loop) da Ufes e tem como objetivo investigar possibilidades de uso das tecnologias de informação e comunicação na criação de oportunidades de educação para os internos do sistema prisional capixaba. O projeto desenvolverá um levantamento das iniciativas de educação no sistema prisional já implantadas no Estado e dos resultados atingidos. Os resultados das duas primeiras fases serão divulgados para a comunidade a partir de maio e serão utilizados pela equipe, entre os meses de junho e dezembro.

• Mobilidade urbana e o uso das bicicletas

Identificar as potencialidades e problemas para a Mobilidade Alternativa na cidade de Vitória a partir da percepção dos usuários, priorizando o deslocamento a pé e com bicicleta. O diagnóstico será realizado considerando a visão humanista do usuário, complementado com a análise técnica da realidade atual dos percursos. A identificação dos aspectos positivos e negativos da infraestrutura e ambiência existente para o incremento no uso de bicicletas e percursos a pé, subsidiará a proposição de diretrizes visando o posterior desenvolvimento de políticas públicas voltadas especificamente para esse tipo usuário.

CONTRIBUIÇÃO

“Esta é a contribuição que a Ufes pode dar às nossas cidades na busca de criar soluções”

REINALDO CENTODUCATTE
REITOR DA UFES

Crise da água foi projeto piloto em 2016

Em 2016, alunos da Universidade de Vila Velha (UVV) desenvolveram o projeto multimídia “Água, por quanto tempo?” para mostrar por que o Espírito Santo chegou à maior estiagem da história.

Ao lado de profissionais da Rede Gazeta, os alunos foram desafiados a fazer um levantamento de dados e apresentar um resultado para conscientizar a população sobre a importância deste recurso.

O resultado está disponível no endereço <http://lab.gazetaonline.com.br/agua>.

O Gazeta Lab é uma iniciativa que promove interação entre o mercado e as instituições acadêmicas no de-

envolvimento de novos projetos. É espaço para a troca de experiências e desenvolvimento de projetos inovadores, envolvendo profissionais da Rede Gazeta e alunos de universidades e faculdades da Grande Vitória.